

# Perspectiva dos atores da educação em relação à Educação Física nos anos iniciais no município

UMA PROPOSTA DE SOLUÇÃO

Emanuela M. Montoro Hernandes Garcia  
Milton Vieira do Prado Júnior



Faculdade de Ciências



Hernandes-Garcia, Emanuela Maria Montoro.

Perspectivas dos atores da educação em relação à Educação Física nos anos iniciais do município: uma proposta de solução / Emanuela Maria Montoro Hernandez Garcia; orientador: Milton Vieira do Prado Júnior. - Bauru : UNESP, 2023  
25 f. : il.

Produto educacional elaborado como parte das exigências do Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional - ProEF da Faculdade de Ciências, UNESP, Bauru

1. Educação Física. 2. Profissional Especialista.  
3. Bronfenbrenner. 4. Educação Municipal. I. Prado Junior, Milton Vieira. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências. III. Título.

**REALIZAÇÃO:**  
**Universidade Estadual Paulista**  
**"Júlio de Mesquita Filho" - UNESP**

**Faculdade de Ciências - FC**

**Programa de Pós Graduação**  
**Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional -**  
**PROEF**

**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**  
**- CAPES**



**SUPERVISÃO GERAL**

**Prof. Dr. Milton Vieira do Prado Júnior**

**ELABORAÇÃO**

**Prof. Ms. Emanuela M. Montoro Hernandes Garcia**

**PROJETO GRÁFICO**

**Prof. Ms. Emanuela M. Montoro Hernandes Garcia**

**REVISÃO**

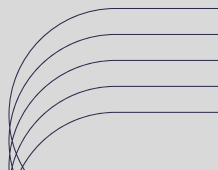
**Dr. Lucas de Castro Marques**



# SUMÁRIO



- 04** APRESENTAÇÃO
- 05** CONSIDERANDO OS FATOS
- 11** PERSPECTIVA DOS ATORES DA EDUCAÇÃO
- 17** PROPOSTA DE SOLUÇÃO
- 17** Objetivos
- 18** Desenvolvimento
- 20** REFERÊNCIAS



# APRESENTAÇÃO

Este material é um Produto Educacional elaborado a partir da dissertação de Mestrado Profissional em Educação Física – ProEF, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, intitulada "Educação Física Nos Anos Iniciais Na Rede Municipal De Educação De São José Do Rio Preto – SP: sob a perspectiva dos atores da educação.", sob a orientação do Prof. Dr. Milton Vieira do Prado Júnior, defendida no ano de 2023.

A pesquisa foi desenvolvida com vinte e seis docentes e cinco gestores, com o objetivo de analisar e refletir a respeito da perspectiva dos atores da educação sobre o contexto da Rede Municipal de Educação de São José do Rio Preto – SP, em relação ao fato de não existir o professor especialista ministrando as aulas de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no intuito de buscar estratégias para minimizar os impactos desta situação.

O presente material contém uma breve introdução sobre as questões legais que abarcam a problemática estudada, a influência da

Educação Física e do profissional responsável por ministrá-la à luz da Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner e sistematiza a perspectiva dos atores da educação municipal.

Considerando que a presente pesquisa analisou uma amostragem dos profissionais da educação, sugerimos estratégias a curto prazo para minimizar o problema analisado.

Nesse sentido, espera-se que este produto possa contribuir positiva e significativamente para ampliar o debate e alterar o atual contexto da Educação Física na Educação Municipal.

# CONSIDERANDO OS FATOS

Após as diversas mudanças pelas quais passou a Educação Física, em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 (BRASIL, 1996) a inclui como componente curricular **obrigatório** na Educação Básica. Entende-se que tal componente deva ser ministrado por profissional devidamente graduado nessa área, afinal, a Lei nº 9.696/1998 regulamenta a profissão e especifica que “o exercício das atividades de Educação Física [...] é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física” (BRASIL, 1998). No entanto, algumas redes de educação municipal ainda não implementaram tal lei, como é o caso da Rede Municipal de Educação de São José do Rio Preto – SP. Em escolas dessa referida cidade, tais aulas ficam a cargo do professor de sala, o polivalente, que no geral não tem formação específica na área. Os alunos dessa rede terão contato com professor especialista somente no Ensino Fundamental II (anos finais), o que se entende ser um contato tardio, se considerado o processo de desenvolvimento humano e a influência que o ambiente exerce sobre ele.

Em 2004, o Estado de São Paulo determina, por meio da Resolução nº 1, de 6 de janeiro (SÃO PAULO (Estado), 2004), que as aulas de Educação Física no ciclo I do Ensino Fundamental na rede estadual sejam desenvolvidas por profissional devidamente formado na área.

Ainda assim, os municípios se respaldam no Art. 31º da Resolução

# CONSIDERANDO OS FATOS

CNE/CEB nº 07, de 14 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010), que "permite" que as aulas desse componente curricular, do 1º ao 5º ano, sejam ministradas pelo professor "de referência da turma". Com isso, municípios permitem que profissionais não graduados na área específica (Educação Física) sejam os responsáveis por tais aulas nessa fase escolar. Esse é o caso da realidade estuda.

Entretanto, essa mesma resolução, em seu Art. 30º, expõe que a Educação Física, dentre outros componentes curriculares, deve ser assegurada nos três anos iniciais do ensino fundamental.

Além da legislação, temos os documentos norteadores da educação básica, como a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), que consideram a Educação Física como componente curricular desde o primeiro ano do ensino fundamental.

Estudo apresentado por Magalhães, Kobal e Godoy (2007) sobre a importância dos estímulos motores adequados na infância aponta a contribuição destes para o desenvolvimento integral dos indivíduos, e propõe uma parceria entre escola (diretores, professores de Educação Física e polivalentes) e pais, visando a melhor qualidade na Educação Infantil.



# CONSIDERANDO OS FATOS

Cabe lembrar também a influência do ambiente no desenvolvimento motor dos indivíduos apontada por Gallahue, Ozmun e Goodway (2013), nos fazendo enfatizar a importância da escola e, conseqüentemente, da Educação Física em relação a esse fator. Tal afirmativa vai ao encontro da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) de Bronfenbrenner (1996), ratificando a influência do ambiente no desenvolvimento dos indivíduos. Porém, sua teoria amplia as interferências do contexto ambiental para além do aspecto do desenvolvimento motor; é nos microsistemas e nas inter-relações que ocorrem com os indivíduos que nele atuam que as atividades podem ser consideradas significativas e persistirem no tempo.

A TBDH, desenvolvida por Urie Bronfenbrenner, trata da influência do ambiente no desenvolvimento dos indivíduos. Nela, o autor aponta que se faz necessário considerar todo o sistema bioecológico que envolve o indivíduo durante seu desenvolvimento, para tentar entendê-lo e influenciá-lo (BHERING; SARKIS, 2009; YUNES; JULIANO, 2010; BENETTI *et al.*, 2013).

Para melhor compreensão das nossas considerações, explicaremos brevemente o modelo PPCT (Processo, Pessoa,

# CONSIDERANDO OS FATOS

Contexto, Tempo) de Bronfenbrenner (1996):

**PROCESSO:** são as interações imediatas, diretas (exemplo da criança com os professores);

**PESSOA:** está relacionado às características pessoais, individuais (exemplo temperamento, emoções, deficiências);

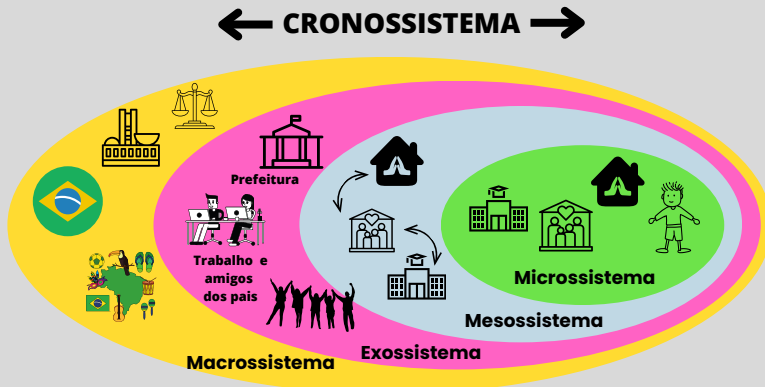
**CONTEXTO:** o contexto em que o indivíduo em desenvolvimento está inserido, afeta ou pode ser afetado. É subdividido em micro (ambiente imediato em que o indivíduo em desenvolvimento está inserido), meso (interação entre dois microsistemas no qual o indivíduo participa), exo (relação entre dois ou mais contextos, porém o ser em desenvolvimento não está inserido diretamente nele) e macrossistema (todos os outros estão aqui inseridos e está relacionado aos eventos que influenciam todos esses sistemas, como cultura, crenças, oportunidades e ideologias);

**Tempo:** relacionado às transições que ocorrem ao longo da vida, ao processo histórico no qual ela está inserida - entrada na escola, mudança política, casamento - eventos que afetam direta ou indiretamente a vida do indivíduo em desenvolvimento.

Para melhor compreensão do "contexto", apresentamos a figura a seguir:

# CONSIDERANDO OS FATOS

Figura 1 – Níveis do ambiente a partir da TBDH – adaptado de Benetti *et al.* (2013)



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

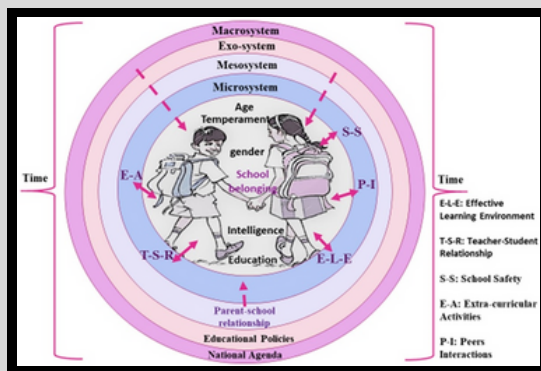
Diante disso, reiteramos a importância e a influência da escola no processo de desenvolvimento das crianças. A interação entre os colegas e professores, os estímulos fornecidos e proporcionados por esses, o tempo de permanência dos educandos no ambiente escolar (seja tempo diário ou ao longo da vida) e a qualidade desses estímulos tem influência direta e indireta nesse processo.

Ilustrando tais informações, temos a figura a seguir:



# CONSIDERANDO OS FATOS

Figura 2 – Mudanças propostas na TBDH



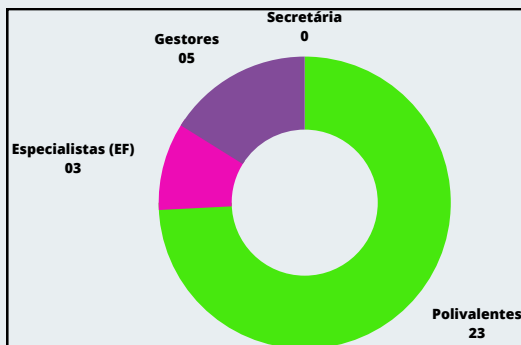
Fonte: Adaptado do estudo de Zatari e Maalouf (2022).

Em nosso estudo, analisamos a EF Escolar como um microsistema que ocorre em escolas municipais, nas quais deveria se cumprir uma legislação nacional (macrossistema) que define as diretrizes do professor especialista como responsável para atuar nesse contexto na escola, porém, isso não ocorre devido às deliberações em nível de exossistema – diretrizes municipais de educação – o que interfere nos processos proximais a partir dos profissionais que atuam no sistema escolar.

# PERSPECTIVA DOS ATORES DA EDUCAÇÃO

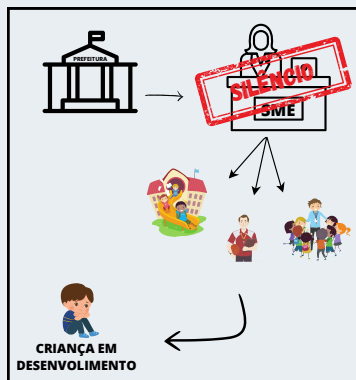
Contamos com a participação de 23 polivalentes, 5 gestores e 3 docentes especialistas em Educação Física, como indica o gráfico 1, o que nos possibilitou dar voz a 31 atores da educação municipal.

Gráfico 1 - Participantes da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 3 - Interferência do exossistema no microsistema - adaptado à realidade estudada.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A Secretária Municipal de Educação se recusou a participar da pesquisa, muito provavelmente por questões políticas e decisões superiores sobre a temática. Isso demonstra, segundo a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (BRONFENBRENNER, 1996), uma interferência do exossistema, em razão de decisão tomada por pessoas que não participam diretamente do microsistema aulas de Educação Física nas escolas.

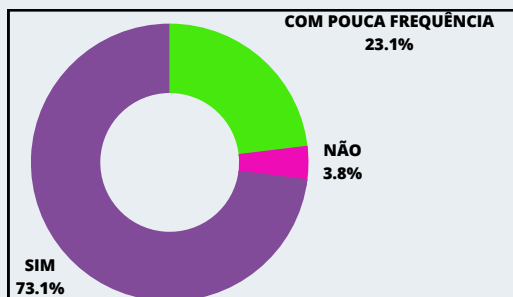
# PERSPECTIVA DOS ATORES DA EDUCAÇÃO

Os gestores, que representam o mesossistema, reconhecem a importância e influência da Educação Física no desenvolvimento integral dos educandos, assim como a necessidade de ser ministrada por especialistas. Indicaram ter conhecimento de que muitos dos polivalentes nem ao menos têm interesse em formação continuada na área, ficando esse componente curricular por conta do interesse particular de cada profissional.

**IMPORTANT**

Os polivalentes, que estão inseridos no microsistema, em sua maioria reconhecem a importância da Educação Física no processo de desenvolvimento dos educandos.

Gráfico 2 - Você ministra aulas de Educação Física?



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

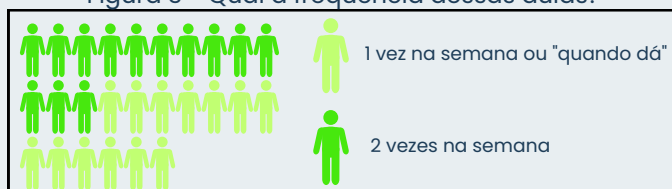
O Gráfico 2 indica que 19 dos docentes (polivalentes e especialistas) ministram aulas de Educação Física; 6 indicam ministrar com pouca frequência ou raramente e 1 indicou não ministrar tais aulas.

# PERSPECTIVA DOS ATORES DA EDUCAÇÃO

Apesar do exposto, a frequência dessas aulas fica a critério da “boa vontade” do professor polivalente.

Quando questionados sobre a frequência dessas aulas, 11 dos polivalentes indicaram ministrá-las apenas uma vez por semana ou quando “dá tempo”, ou ainda quando os alunos se comportam, essa resposta representa 42% da amostragem. Tal prática de “deixar a aula pra depois” ou sua utilização como “premiação” também foi apontada por Pereira, Nista-Piccolo e Santos (2009) e por Santos (2017) em suas pesquisas.

Figura 3 – Qual a frequência dessas aulas?



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Assim sendo, a prática desses polivalentes manifesta o não cumprimento da Matriz Curricular da Educação Básica – Ensino Fundamental (SME, s.d.), que compõe as Orientações Gerais para o ano letivo da referida rede, a qual estabelece 4 aulas semanais de Educação Física para o 1º ano do ciclo I e 2 aulas do 2º ao 9º ano. As justificativas apresentadas indicam certa desvalorização e um conhecimento raso do componente curricular.

# PERSPECTIVA DOS ATORES DA EDUCAÇÃO

Tabela 1 - Sente dificuldade em abordar os conteúdos específicos?

Respostas	N	%
Sim	17	65
Um pouco	04	16
Nenhuma dificuldade	05	19
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Dentre esses profissionais (polivalentes), 91% indicaram ter dificuldade ou "um pouco de dificuldade" em ministrar essas aulas, como indica a Tabela 1. As justificativas vão desde a alta demanda de trabalho docente ate a ausência de formação específica e que a formação inicial foi insuficiente em relação à referida área.

Não podemos simplesmente culpabilizar esses profissionais, uma vez que indicam não ter conhecimento nem afinidade com o conteúdo. Porém, segundo o estabelecido no inciso VI, do Art. 5º da Resolução CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2006 (BRASIL, 2006), "O egresso do curso de Pedagogia deve estar apto a:" [...] "ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, **Educação Física**, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano" (grifo nosso).



# PERSPECTIVA DOS ATORES DA EDUCAÇÃO

Portanto, seria uma obrigação legal, moral e profissional proporcionar aos alunos essas aulas, uma vez que, teoricamente, a Educação Física faz parte da formação oficial (graduação) do docente e do currículo escolar municipal, além de ser direito dos educandos. Sendo assim, retornamos ao exposto por Pereira, Nista-Piccolo e Santos (2009) a respeito da falta de empenho e do desinteresse desses profissionais.

Os especialistas, também pertencentes ao microsistema, demonstraram o descontento para com a atual situação da rede municipal de ensino, e expõem a dificuldade em recuperar o “tempo perdido” com os alunos no Ensino Fundamental II, buscando o desenvolvimento de habilidades e competências que deveriam ter sido estimuladas e desenvolvidas ao longo dos anos iniciais, dificultando ainda a aquisição de novas habilidades e restringindo a vivência das diversas manifestações da cultura corporal do movimento.

Diante da perspectiva dos participantes, constatamos que eles compartilham do entendimento de que o especialista na área detém mais subsídios para ministrar Educação Física curricular em todos os níveis do Ensino Fundamental, e que a morosidade na implementação da lei ocorre por





# PERSPECTIVA DOS ATORES DA EDUCAÇÃO

questões de políticas públicas na administração da cidade. Nesse sentido, observamos que um dos componentes do microsistema - os polivalentes - pode interferir na formação dos educandos (também pertencentes a esse sistema).

Sendo assim, acreditamos que uma mudança na formação continuada desses profissionais pode reverter ou minimizar os danos na formação dos escolares na atual situação.

No intuito de contribuir positivamente com a mudança do cenário atual, apresentamos a seguir uma das propostas de solução - a curto prazo - para a problemática estudada.



# PROPOSTA DE SOLUÇÃO

## Objetivo

O objetivo desta proposta é ampliar o debate acerca da Educação Física Escolar e qualificar os polivalentes para melhoria das aulas, ampliando os saberes e a compreensão sobre esse componente curricular, no intuito de alterar o atual contexto e contribuir com a promoção da educação municipal de qualidade.

# PROPOSTA DE SOLUÇÃO

## Desenvolvimento

A proposta visa promover curso de formação continuada aos polivalentes, com encontros formativos entre eles e um ou mais professores especialistas em Educação Física, seguindo determinações da Secretaria Municipal de Educação.

Nesses encontros, realizados presencialmente e em comum acordo entre os interessados, sugerimos a abordagem dos seguintes tópicos:

- acolhimento dos profissionais: dúvidas, inseguranças e incertezas sobre a Educação Física;
- esclarecimento sobre a importância e as finalidades da Educação Física para a faixa etária em questão;
- socialização das práticas já realizadas pelos polivalentes;
- jogos e brincadeiras populares no desenvolvimento das crianças: uma prática possível e divertida;
- músicas como recurso para experiências corporais;
- utilização dos diversos materiais como estímulos possíveis;
- as danças no desenvolvimento: uma prática possível;
- as ginásticas no desenvolvimento: uma prática possível;
- como inserir as práticas esportivas na vida dos alunos, sem esportivização?

# PROPOSTA DE SOLUÇÃO

## Desenvolvimento

Enfatizamos que esses tópicos são meramente sugestivos e passíveis de alterações, uma vez que a proposta é lidar com profissionais da educação e seres humanos em contínuo desenvolvimento.

Destacamos que a proposta requer encontros com frequência considerável, que sejam significativos e possíveis, uma vez que reconhecemos as diversas atribuições desses profissionais.

A Secretaria Municipal de Educação ficaria responsável por organizar o cronograma e disponibilizar os recursos para a realização do curso de formação continuada proposto neste Produto Educacional.

# REFERÊNCIAS

BENETTI, I. C.; VIEIRA, M. L.; CREPALDI, M. A.; SCHNEIDER, D. R. Fundamentos da Teoria Bioecológica de Urie Bronfenbrenner. *Pensando Psicologia*; v.9, n.16, 15 dez. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.16925/pe.v9i16.620>. Disponível em: <https://revistas.ucc.edu.co/index.php/pe/article/view/620>. Acesso em: 26 jun. 2022.

BHERING, E; SARKIS, A. Modelo bioecológico do desenvolvimento de Bronfenbrenner: implicações para as pesquisas na área da Educação Infantil. *Revista Horizontes*, v. 27, n. 2, p. 7-20. 2009. Disponível em: [https://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2015189080a8032460690d90e8a67354a/1-Modelo bioecológico do desenvolvimento de Bronfenbrenner - implicac807.pdf](https://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2015189080a8032460690d90e8a67354a/1-Modelo%20bioecologico%20do%20desenvolvimento%20de%20Bronfenbrenner%20-%20implicac807.pdf) Acesso em: 26 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 9.696, de 01 de setembro 1998. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. Brasília, 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19696.htm). Acesso em: 26 set. 2021.

BRASIL. Resolução nº 01, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília: Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno – CNE/CP, 2006. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_rcp0106.pdf?query=LICENCIATURA](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rcp0106.pdf?query=LICENCIATURA). Acesso em: 28 set. 2021.

BRASIL. Resolução nº 07, de 14 dezembro 2010. Fixa diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos. Brasília: Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica – MEC/CNE/CEB, 2010.

# REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação Brasília, DF, 2017.

BRONFENBRENNER, U. A. Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e planejados. 1996. Reimpressão, Porto Alegre: ArtMed, 2002.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C.; GOODWAY, JD. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. Tradução de Denise Regina de Sales. 7ª edição. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda. 2013.

MAGALHÃES, J. S.; KOBAL, M. C.; GODOY, R. P. de. Educação Física Na Educação Infantil: uma parceria necessária. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, [s. l.], v. 6, ed. 3, p. 43-52, 2007. Disponível em: [https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Editora/REMEF/Remef\\_6.3/Artigo\\_04.pdf](https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Editora/REMEF/Remef_6.3/Artigo_04.pdf). Acesso em: 26 set. 2022.

PEREIRA, R. S.; NISTA-PICCOLO, V. L.; SANTOS, S. A. P dos. A Educação Física nas séries da fase inicial do ensino fundamental: olhar do professor polivalente. Revista da Educação Física/UEM, Maringá, v. 20, n. 3, p. 343-352, 3. trim. 2009. DOI: 10.4025/reveducfis.v20i3.6783. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/238483389>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SANTOS, R. M. J. dos. Razões Da Não Implantação Das Aulas Práticas De Educação Física Nas Séries Iniciais Do Ensino Fundamental Na Cidade De Piritiba-Bahia. Monografia (Conclusão de Curso II) - Licenciatura em Educação Física. Universidade de Brasília – Polo de Piritiba-BA. Piritiba. p. 27. 2017.

SÃO PAULO (Estado), Resolução nº 1, de 6 de janeiro de 2004. Altera a Resolução SE nº 184/02. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/lise/sislegis/detresol.asp?strAto=200401060001>. Acesso em 15 jun. 2022.



# REFERÊNCIAS

YUNES, M. A. M.; JULIANO, M. C. A Bioecologia do desenvolvimento humano e suas interfaces com Educação Ambiental. Cadernos de Educação. Pelotas v. 37, p. 347-379. Set/dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1591> Acesso em: 27 jun. 2021.

ZAATARI, W. El; MAALOUF, I. How the Bronfenbrenner Bio-ecological System Theory Explains the Development of Students' Sense of Belonging to School? V. 12, n.4 Sage Journals. 28 out. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/21582440221134089>

